REVISTA CORDIS

CIDADES, PERIFERIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERSPECTIVA

CITIES, SUBURBS, AND CULTURAL HERITAGE IN PERSPECTIVE

Elis Regina Barbosa Angelo[1]
Leonardo de Souza Melo[2]
Gabriella Sena de Lima[3]

10.23925/2176-4174.40.2026e78670

Recebido em: 31/10/2026.
Aprovado em: 02/11/2026.
Publicado em: 02/11/2026.

Apresentação

Durante o I Encontro Internacional do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, propusemos a mesa de debates: Cidades, Periferias e Patrimônio Cultural em Perspectiva, contando com o diálogo entre os pesquisadores que tratam desta temática ou de temas adjacentes aos contornos da relação periferia e cidade. Trazendo ao centro da discussão, possibilidades de leituras das relações de transformação das periferias, seja por reflexos de novas formas de inclusão do patrimônio cultural, legitimado nas fronteiras das relações entre sujeitos e grupos ora marginalizados pela formação patrimonial, ou, por meio da escuta de sujeitos moradores de periferias no subúrbio carioca, ou ainda, por meio de pleitos formativos do patrimônio na Baixada Fluminense, o debate

[1] Doutorado em História (PUC-SP). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1799-3910 E-mail: elis@familiaangelo.com
[2] Doutorando da Fundação Oswaldo Cruz PPGICS - Programa de pós-graduação em Informação e comunicação em saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7000-5585 E-mail: salorj@gmail.com
[3] Mestranda em Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-6067-7104 E-mail: gwbriella@gmail.com

alinha-se à concepção de novos olhares acerca dos processos, como ferramentas que vem definindo as relações sempre em transformação dos espaços periféricos.

De acordo com dados dos últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, nos resultados apresentados, reforça-se a concentração da população marginalizada nas periferias urbanas, concentrando-se baixos salários, situação de vulnerabilidade e demais especificidades, que os condensam em estratos estatísticos. Esses dados reforçam as relações entre sujeitos, lugares, territórios e saberes que expressam camadas da sociedade e sua produção materializada em expressões até então negligenciadas pelo patrimônio cultural. As fronteiras desse esquecimento vêm sendo transformadas não apenas por aparatos legais, mas por novas formas de compreensão social. Corroborando com este debate, dividimos o diálogo em três partes: **Entre narrativas e protagonismos de periferias na esteira da patrimonialização,** de Elis Regina Barbosa Angelo; **Debates entre o Patrimônio e a Sociedade de Manguinhos no Rio de Janeiro**, de Leonardo de Souza Melo e **Patrimônio e Periferia: Um olhar sobre a Baixada Fluminense**, de Gabriella Sena de Lima.

1 Entre narrativas e protagonismos de periferias na esteira da patrimonialização

Elis Regina Barbosa Angelo

A formação patrimonial no país, teve, ao longo de sua trajetória, contornos bem definidos na valoração dos edifícios, monumentos e documentos inspirados em argumentos forjados para a constatação identitária nacional. Na acepção dos conteúdos formativos dos patrimônios nacionais, foram silenciados grupos e suas definições enquanto protagonistas, deixando de lado a realidade da diversidade formadora da nação.

As periferias do país, aqui referenciadas como grupos desfavorecidos pela legitimação hegemônica de poder, *status* e mesmo lugar de reivindicação, tiveram, tolhidos os seus pleitos sociais e culturais, negando sua própria existência em apelos patrimoniais enquanto possibilidade de participação como referências ou bens culturais. Debater conceitualmente as periferias, requer pensar em como elas são fundamentadas, enquanto, especialmente, territórios desintegrados da cidade formal, cujos problemas e demandas resultam da deficiência de políticas públicas, em

particular, pela ausência de atenção quanto à própria estruturação básica (Caldeira, 2000).

Quando abordado sobre os seus apelos tolhidos em prol de territórios privilegiados, as periferias conotam, também, um senso de distanciamento dos pleitos ao longo de séculos.

Dos apelos aos procedimentos dos processos de patrimonialização, esse novo caminho, vêm, traduzindo-se numa nova inspiração de condução da efetividade da aceitação da diversidade, reconhecidamente em processo (Fonseca, 2009).

Entre memórias silenciadas, subalternas, e mesmo periferizadas por inúmeros contingentes e contextos históricos, especialmente, a partir da criação do Decreto Nº 3.551, de 20 de Agosto de 2000, e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e do Registro de Bens de Natureza Imaterial (Brasil, 2000), o patrimônio cultural diverso, começa a despontar como nova perspectiva, agora, também incluindo sujeitos e seus protagonismos periferizados.

Aqui, se percebe que, aos poucos, vão sendo incorporadas novas realidades e identidades nesse processo de reconhecimento e salvaguarda de elementos expressivos dos grupos diversos, especialmente, por meio da participação social, atuação e inclusão de seus saberes em formatos culturais também diversos, que, agora, vão celebrando uma nova etapa nas páginas da produção de discursos patrimoniais.

Nessa inspiração, além da diversidade cultural, atrelada aos saberes incorporados no conceito de patrimônio nacional, também se vinculam suas particularidades, religiosidades e a própria materialidade de diversos bens e narrativas periféricas de toda natureza, especialmente a partir de discursos identitários. Aqui se percebe, que, a crescente demanda por pleitos, segue um caminho reconhecido como movimento identitário, que, “(...) vão sendo criados por diferentes grupos sociais tendo como mote central a preservação de seus patrimônios e a proteção ou o “resgate” de suas identidades” (Angelo, Siqueira, 2018).

Assim, pode-se dizer que, na ânsia por ressaltar o reconhecimento dos bens e a participação ativa nos condicionamentos dos aparatos legais, vários movimentos vêm crescendo na direção da organização e divulgação de memórias periféricas, formando novos cenários e narrativas acerca dos lugares e patrimônios periféricos.

Aqui entram os ofícios, os saberes, os fazeres e as dinâmicas criadas no seio dos territórios culturais.

As narrativas valorativas dos lugares periféricos, vão corroborando na construção de novas percepções acerca do valor atribuído aos patrimônios culturais, forjando novas visibilidades acerca das histórias e memórias periféricas, ora silenciadas e apagadas dos textos e contextos que emergem em valoração da cultura popular, da linguagem, das festividades, das expressões, alimentação e mesmo expressões das mais diversas possíveis, que se alinham de sonoridades, sentimentos, movimentos corporais e políticos, que buscam existir, da articulação com o poder público, privado e também com as sociedade como um todo.

Isso não quer dizer que a identidade seja integradora de relações sociais, pois, na medida em que a diversidade dos símbolos da cultura (linguagem, mídia, temas, rituais culturais das minorias) é forjada enquanto um problema político ou de identidade nacional, corre-se o risco de criar um tipo de "civilização cultural". As identidades devem ter seus contornos formados e garantidos no seio dos lugares e por sujeitos e coletivos, jamais criados por discursos públicos. Isso vem sendo uma prática dos movimentos sociais, que estão buscando garantir essa diversidade, especialmente por meio de pleitos patrimoniais.

Ao longo da história do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, - especialmente a partir de 2000, com o Decreto N.º 3.551 -, as ações que registram os bens de natureza imaterial foram paulatinamente sendo modificadas, encerrando-se apenas discursos forjados pelo poder público, e incluindo bens diversos como os elementos produzidos pelos grupos e sujeitos em seus territórios, como: Jongo no Sudeste; o Frevo; o Maracatu Nação; o Maracatu de Baque Solto; o Tambor de Crioula no Maranhão; o Cavalo Marinho; o Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão; o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; o Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins; e, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, entre outros.

Esses pleitos, demonstram, basicamente, a composição da cultura popular em ascensão, definindo novos rumos do processo de patrimonialização e de aceitação social. Trabalhos que destacam apelos populares e sentidos de comunidades vêm crescendo no que se refere às periferias em movimento. Essas regiões podem ser pensadas enquanto lugares de memória, acrescendo-se de sentidos urbanos em

ruptura com passados elitizantes de concepção, ora revisados, num revisitar de condicionamentos e significados (Nora,1993).

Ao recriar a sensação e inclusão e remodelagem de patrimônios e sentidos culturais, propõe-se um repensar de lugares enquanto processos específicos de "nosso tempo", a partir de experiências e sentimentos que compõem camadas de identidades do ser, em novas relações com os espaços criados pelos indivíduos contemporâneos da vida moderna, no qual, novas relações e sentimentos se cruzam pela identificação, reconhecendo-se enquanto sujeitos e agentes do seu próprio tempo. Assim, os territórios periféricos vão guiando-se pelas sensibilidades de atuação, de pertencimento e regulação, que são próprias, em esferas que condicionam e regem as formas de ser e estar no lugar. Outra abordagem necessária para essa leitura dos lugares periféricos e sua condensação aos territórios de patrimônio (Nigro, 2014), está diretamente condicionada aos valores dessas regiões pela apropriação coletiva, que, além de incorporar as redes de sentidos e de valores existentes a partir das vivências sociais em torno dos patrimônios, reverbera na valorização das dinâmicas locais, que promovem a criação e legitimação desses bens patrimoniais. Aqui se pensa na cultura e seus valores, reconhecidamente como "(...) uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político [...] (Menezes, 2012, p. 38).

Os patrimônios culturais, seja pela formação elitista no país, desde sua concepção na década de 30 do século XX até o atual contexto construído, vagarosamente, pela eleição de processos mais inclusivos, com o próprio Decreto N.º 3.551, de 2000, vão sendo contornados por cenários que confrontam o perfil reconhecido pela sociedade como valorativo e relevante da cultura nacional, para novos olhares a partir da cultura popular e mesmo periférica. "O desafio de incluir as referências patrimoniais dos "diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" reconhecidos pela Constituição de 1988 permanece" (Marins, 2016, p.26).

Repensar as transformações do lugar do patrimônio, refletido pelas bases periféricas, e, especialmente como esse vêm sendo traduzido em novas concepções de sentidos plurais da sociedade, agora, a partir das periferias, das vozes e saberes produzidos no universo popular (Certeau, 1995), reverbera um movimento "a relação da cultura com a sociedade modificou-se: a cultura não está mais reservada a um

grupo social; ela não mais constitui uma propriedade particular de certas especialidades profissionais, ela não é mais estável e definida por um código aceito por todos" (Certeau, 1970, p. 104).

Assim, percebe-se que, o conceito de patrimônio cultural imaterial dota-se de um viés antropológico, unindo expressões de todos os grupos e camadas sociais, em que pesem as relações que vão sendo contempladas pelas culturas tradicionais populares e indígenas. Esse lugar está em constante revisão, construção e os saberes vão sendo amalgamados em camadas que negociam status, poder e legitimação. As bases e aparatos servem para isso, dar legitimidade aos espaços e territórios antes silenciados ou subjugados.

Sobre as ações efetivadas tratadas por movimentos sociais, alguns deles podem ser exemplos de atuação na esfera popular. No artigo produzido pelo pesquisador Mário Chagas, em 2016, *Patrimônio é o caminho das formigas,* tratando de questões próprias da região da Baixada Fluminense, a partir de uma visita ao Museu Vivo do São Bento, o pesquisador desconstrói a ideia do patrimônio a partir da perspectiva de adolescentes participantes do Programa "Jovens Agentes do Patrimônio", que trazem formas de pensar sobre a construção de identidades locais. Nessa perspectiva, entendem que o Patrimônio é um caminho, a partir das mazelas locais, dos lugares de fala, da compreensão de sentidos, corroborando com a formação periférica e seu entorno, além de uma compreensão de si, de que o Patrimônio também exerce a função de reconhecimento, de "saber que a gente é uma comunidade" (Chagas, 2016, p. 3).

Outros elementos tratados pelos processos de patrimonialização consideram a ideia da própria musealização, considerando-se a educação patrimonial, a formação de novos conceitos sobre os lugares, a produção de sentidos, e, mesmo a autobiografia, ao rever condicionamentos antes julgados como modelos de atuação e agora inclusivos, considerando-se os artistas locais, suas demandas e anseios antes subjugados. Um desses exemplos ´a ideia de museu social, que busca atender a diversidade de públicos e suas representações, funciona no combate aos preconceitos, enfatizando a melhoria da qualidade de vida da população, "com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas

e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros" (Chagas; Gouvêa, 2014, p. 17).

A inclusão perpassa o repensar do lugar do patrimônio, que, nessa referência se refaz alocando sentidos antes impensados de apropriação e disseminação de culturas populares, periféricas. Os museus vêm desempenhando um papel ímpar na conscientização de comunidades sobre seus espaços, funções, patrimônios e sentidos na urbe. Um desses trabalhos efetivados por museu em periferia é o Museu de Favela do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho (MUF), instituição cultural situada na cidade do Rio de Janeiro com sede em uma igreja no Cantagalo, a partir de uma iniciativa comunitária que visa valorizar a memória da favela, tornar sua história pública e apoiar a vida cultural local. Entre as ações produzidas nesse espaço, está a própria capoeira, um dos patrimônios imateriais do país.

Nesses espaços, negociam-se elementos da cultura, participam de escolhas e fundamentos que vão nortear as diversas identidades circunscritas nas demandas locais. Em seu propósito ou missão, o MUF se reconhece como fundamental ao promover "elementos culturais do samba, da cultura do migrante nordestino, da cultura negra, de artes visuais e de dança" (WIKI Favelas, MUF, 2025).

Outro espaço museal criado com o intuito de refletir sobre a transformação social pela cultura é o Acervo da Laje, no bairro de São João do Cabrito, em Salvador, Bahia, fundado em 2011 por José Eduardo Ferreira Santos e Vilma Santos. Formada com doações de obras de artistas locais, bibliotecas temáticas, fotografias e objetos que contam a história do Subúrbio, esse acervo traz, a partir da periferia, entendimentos sobre si, sobre as regiões que foram cultura e identidade. Segundo o idealizador, a proposta do museu nasceu de inquietações sobre: por que a arte da periferia é invisível? (Pereira, 2025).

Assim referenciam os modos de ser e estar no mundo, as estéticas de grupos jovens periféricos, num referencial que tangencia conceitos do patrimônio cultural das periferias e favelas, especialmente a partir de suas manifestações culturais.

Também se credita refletir sobre o patrimônio em ações das mais diversas pelo país, como "Uma visita a 'Patrimônios periféricos': Exposição de curadoria coletiva ocupa, com nove obras, salas do Paço do Frevo, no Bairro do Recife", que busca trazer movimentos de resistência pelas manifestações, como o frevo. Pelas mãos de artistas como Vênus Matos e Dodô Trajano, de Maranguape 1, Região Metropolitana

do Recife, juntamente com outros curadores iniciantes, criaram em 2022, a exposição com obras assinadas coletivamente pelo grupo. A partir do programa *Paço Criativo*, coordenado pelo *designer* Arthur Braga, objetivou uma narrativa relevante de fala: “Traz para o museu a narrativa que as comunidades querem contar sobre elas mesmas” (Olimpia, 2022).

Outro enfrentamento sobre de quem é o patrimônio, é o texto de Binho Santana, de 2023, *Periferia é música, resistência e patrimônio cultural*, que traz as sonoridades das periferias para a reflexão, considerando que, a música na periferia traduz-se numa forma de denúncia da realidade social e econômica desses lugares, trazendo críticas que realçam a falta de emprego, a violência, a discriminação racial e a exclusão social, além de clamar por formas de mobilização social, que possam fomentar ações na busca por melhorias da vida dos moradores, e de pensar sobre seus bens, patrimônios e identidades.

Os sujeitos dos espaços periféricos têm atentado para a sua participação no campo do patrimônio. A autorreflexão vem acompanhando os processos de patrimonialização desde sua aceitação como fundamento pelos aparatos legais da virada do século XXI.

Nas medidas de proteção e salvaguarda estão incluindo aspetos formativos dos patrimônios populares e periféricos ao longo dos últimos 25 anos, mas ainda carece de atenção para a escuta das vozes que ecoam na direção dos formatos identitários que se correlacionam às suas histórias, às suas memórias e às suas vivências. O pertencer, faz parte dessa ressonância do século. Ouvir trará benefícios no repensar da instrumentalização e da valorização e, consequentemente, da preservação patrimonial das periferias.

2 Debates entre o Patrimônio e a Sociedade de Manguinhos no Rio de Janeiro

Leonardo de Souza Melo

Essa escuta pode, a título de exemplo, ser acompanhada de perto num território específico: Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde o Coletivo Experimentalismo Brabo trabalha, desde 2013, com palhaçada, contação de histórias, fotografia e literatura de cordel. Em mais de uma década, as práticas desse grupo nos

permite levantar uma pergunta que atravessa todo o debate sobre o patrimônio das periferias: quem guarda e quem conta a memória de uma favela?

Duas linguagens que sustentam esse trabalho passaram, nos últimos anos, pelos processos de registro abertos pelo Decreto n.º 3.551/2000. Em setembro de 2018, a Literatura de Cordel foi registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro de Registro das Formas de Expressão, e em 11 de março de 2026, foi a vez do Circo de Tradição Familiar, inscrito no mesmo livro por decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ao fim de um processo aberto em 2005 por iniciativa dos próprios circenses. Os dois registros ajudam a pensar as periferias, porque as duas tradições, cada uma a seu modo, sempre contaram a vida de gente comum, longe dos lugares onde a cultura costuma ser legitimada: na feira, na praça, no beco ou no picadeiro.

Manguinhos carrega um contraste que ajuda a situar a discussão. O nome do bairro é também o nome pelo qual se conhece o campus da Fundação Oswaldo Cruz, cujo Pavilhão Mourisco, o Castelo da Fiocruz, foi tombado pelo IPHAN em 1981 e se destaca na paisagem de quem passa pela Avenida Brasil. A poucos metros dele, as favelas que formam o território raramente aparecem associadas à ideia de patrimônio. O que se reconhece ali, quando se reconhece, é o prédio. A vida das pessoas que levantaram ao redor dele suas casas, suas festas, suas igrejas e suas formas de organização ficou, por muito tempo, fora desse enquadramento. O contraste repete, em escala de bairro, a própria formação patrimonial brasileira, que valorizou edifícios e monumentos e deixou grupos inteiros de fora como protagonistas da própria história.

Esse silêncio aparecia no cotidiano de forma concreta. Nas caminhadas pelo território, uma frase se repetia na boca de moradores e de gente de fora: “Manguinhos não tem nada, só tem bandido”. A frase resume o estigma, que recai sobre as favelas cariocas e mostra como ele acaba incorporado por quem vive nelas. Chagas (2016), a partir da experiência dos Jovens Agentes do Patrimônio na Baixada Fluminense, lembra que o patrimônio também cumpre a função de fazer um grupo se reconhecer como comunidade. Em Manguinhos, a pergunta que movia o trabalho era próxima dessa: o que acontece quando um território que ouve de si mesmo que não tem nada passa a contar o que tem?

Fundado em outubro de 2013, em Manguinhos, por Leo Salo (Leonardo de Souza Melo), Catia Nascimento e Felipe Eugênio, o **Experimentalismo Brabo** surgiu

como um coletivo de circo de rua, especificamente pensando intervenções e apresentações de/com palhaços. Uma das primeiras decisões do grupo foi só definir suas atividades depois de percorrer o território, por meio de passeatas de palhaço inspiradas naquelas em que o circo anunciava sua chegada às cidades. Batizadas de Passeio Brabo, essas caminhadas por Manguinhos tiveram sua primeira edição em 2 de fevereiro de 2014, quando seis palhaços percorreram becos e vielas de Manguinhos. Diferentemente da passeata circense, cujo objetivo era chamar o público para o espetáculo, o Passeio Brabo manteve o palhaço à frente provocando risos, mas também o colocou na posição de quem escuta. Por meio da comicidade, abre-se a conversa com os moradores sem o uso de pranchetas e questionários (Melo; Angelo, 2023).

Com o tempo, o trabalho se organizou com uma metodologia própria de atuação em três etapas. A primeira, é a escuta, feita no Passeio Brabo. A segunda, é a intervenção artística no território. A terceira, é a de cocriação, quando o que circulou nas conversas e intervenções, ganha forma de obra feita junto com quem vive ou passa por ali. O método não nasceu pronto, foi se desenvolvendo à medida em que a prática se repetia e mostrava o que funcionava. Ao longo dos anos, essa forma de trabalho saiu de Manguinhos, passou por territórios periféricos de São Gonçalo e Niterói e chegou também a uma instituição de longa permanência para idosos, o que mostrou que um olhar formado na favela alcança outros lugares sem perder a origem.

Iniciada em 2015, a série Memória de Manguinhos em Cordel soma hoje doze volumes. Seu primeiro folheto, lançado em 12 de março de 2016 na Tenda da Ciência, durante um evento do Dia Internacional da Mulher, conta a história de Norma Maria, psicopedagoga, ativista e moradora da comunidade do DESUP, que coordenava o projeto “Marias: como posso ajudar meu filho especial?”. Desde então, a distribuição tem sido gratuita, viabilizada no início pela Awesome Foundation e pelo Museu da Vida/Fiocruz e, posteriormente, pelo Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN) e pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Na maior parte dos volumes, a narrativa parte da vida de um morador ou de uma moradora para apresentar as manifestações culturais e as lutas em que essa pessoa participa, o grupo social a que pertence e aqueles com quem atua no território. A partir de uma trajetória individual, o folheto representa, assim, um conjunto de fazeres e de relações. Os versos são escritos em sextilhas de

redondilha maior com rima nos versos pares, uma das formas mais tradicionais do cordel. Há ainda um volume de 2016 dedicado ao Castelo da Fiocruz, pensado como material de apoio às visitas guiadas (Salo, 2016), de modo que o prédio tombado e pessoas que nunca entraram em livro de tombo ou de registro integram a mesma coleção e são contados na mesma linguagem.

A elaboração de cada folheto envolve diretamente a pessoa biografada. Quem terá sua trajetória narrada não é escolhido aleatoriamente pelo coletivo, mas sugerido pelos próprios moradores durante os Passeios Brabo. Após essa indicação, realiza-se uma entrevista, e a pessoa acompanha a escrita dos versos, lendo a biografia antes da publicação e decidindo o que será publicado. Embora assinado pelo cordelista, o folheto resulta, portanto, de uma construção conjunta com quem viveu a história narrada. Se, como discutido na seção anterior a partir de Meneses (2012), o campo do patrimônio é eminentemente político, esse procedimento transfere à pessoa biografada a decisão sobre o que deve ser preservado. A participação da protagonista nem sempre termina no lançamento. Depois do lançamento virtual do folheto “O Padre da Pá Virada”, em 14 de setembro de 2020, exemplificando, o próprio homenageado, o Padre Geraldo Natalino - “Gegê” publicou no blog do coletivo um texto de resposta ao folheto, em que confirma a homenagem e amplia a narrativa com reflexões suas sobre colonialidade, quilombismo e o que chama de saber-favela (Natalino, 2021). O biografado devolveu ao folheto uma leitura que o poeta não tinha escrito, e a memória passou a ser construída nos dois sentidos.

Um folheto de cordel cumpre sua função quando passa de mão em mão e é lido em voz alta. Nas leituras públicas da série, opta-se por ler o folheto impresso em vez de recitá-lo de memória, retomando a figura do folheteiro das feiras, que lia os versos em público para vender o folheto e muitas vezes interrompia a leitura no ponto de maior tensão da história. Com o papel em mãos, quem lê apenas transmite uma história registrada no impresso e construída com a pessoa biografada. Em Pernambuco, o cordelista da série conheceu um poeta que não sabia ler e fingia fazê-lo durante as apresentações, pois mostrar o papel fazia parte da valorização do folheto diante do público. Quando a protagonista segura o volume com a própria história, ou quando o folheto é lido numa rua de Manguinhos, a memória do território passa a existir como objeto que se pode pegar, guardar, emprestar e mostrar. Retomando Nora

(1993), o folheto pode ser pensado como um lugar de memória portátil, produzido de dentro do território.

Em reconhecimento a esse trabalho, o coletivo foi certificado como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ao contrário do Museu de Favela e do Acervo da Laje, discutidos na seção anterior, a série não possui sede, e a memória que reúne fica guardada em folhetos que circulam pelo território e para além dele. O trabalho segue em andamento, e cada novo volume traz perguntas que o anterior não tinha. A principal delas vale para qualquer memória periférica: quem decide quem será contado, e quem faz essa história circular depois de escrita. A mesma pergunta pode ser levada à Baixada Fluminense, onde a relação entre patrimônio e periferia ganha outros contornos a partir de Nova Iguaçu.

3 Patrimônio e Periferia: Um olhar sobre a Baixada Fluminense

Gabriella Sena de Lima

A periferia é socialmente produzida e possui múltiplos sentidos e representações (Rocha *et al*., 2025). O termo, utilizado comumente em contraposição ao centro, por muitos anos, para além da distância, também denotava pobreza e violência, demarcando um lugar de ausências de políticas públicas. No entanto, com a popularização do termo aliado à sua apropriação pela população, a periferia passa a representar também cultura e potência (D'Andrea, 2020).

Esse processo pode ser observado na Baixada Fluminense, território periférico localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que por muitas décadas teve sua imagem associada sobretudo a aspectos negativos, em razão das desigualdades socioeconômicas, altos índices de violência, a ausência de políticas públicas, entre outros elementos (Rocha, 2020). Essa perspectiva negativa foi amplamente difundida pela mídia, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990 (Rocha, 2020), influenciando diretamente na construção da imagem do território no imaginário daqueles que não o frequentavam.

Para além de suas adversidades, que não estão sendo negadas, a Baixada Fluminense é um lugar diverso e pode ser compreendida como "(...) espaço de resistências e lutas, área de diferentes expressões culturais, território de diferentes poderes e identidades" (Rocha *et al*., 2025, p. 4). Esse cenário se reflete também no âmbito cultural, que vem ganhando força especialmente após o Decreto nº 3.551, dos

anos 2000, abrindo espaço para o reconhecimento de suas manifestações culturais e fortalecendo suas identidades.

É possível exemplificar, a partir de Duque de Caxias, cujo patrimônio antecedendo o Decreto 3.551, consiste na Fazenda São Bento e na Igreja Nossa Senhora do Pilar, ambos historicamente relacionados ao período colonial. Já seus pleitos patrimoniais, a partir do século XXI, referem-se à bens culturais representados por sujeitos historicamente periferizados, como grupos de migrantes nordestinos e adeptos a religiões de matriz africana.

A Feira Livre do Centro de Duque de Caxias foi registrada como patrimônio estadual do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 7623, em 08 de junho de 2017. É importante ressaltar que a feira, há mais de oito décadas, reúne elementos culturais, sobretudo de migrantes nordestinos, que compõem a identidade caxiense e contribuíram direta ou indiretamente para a formação do território. Nesse sentido, há também o Terreiro da Gomeia, que foi reconhecido como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 9.251, em 22 de abril de 2021. O terreiro, que buscava reconhecimento no âmbito patrimonial desde o início do século XXI, contribui tanto para a história do município quanto para a resistência das práticas religiosas na região.

Nesse sentido, municípios como Magé, também vem avançando no reconhecimento da diversidade religiosa, a exemplo da patrimonialização das manifestações religiosas de origem dos Cultos Afro-Brasileiros, por meio da Lei 2901/2024, e do Centro Espírita São Arcanjo - CESMA, por meio da Lei 3007/2025 (Angelo *et al*., 2026).

É importante destacar que Magé vem apresentando avanços em diferentes frentes no âmbito da valorização patrimonial, destacando-se, na última década, como o principal município baixadense a reconhecer os bens culturais presentes em seu território. Esse movimento pode ser observado em Angelo *et al*. (2026), com destaque para o reconhecimento de seu patrimônio natural, com o Parque Natural Municipal Barão de Mauá e a Rota das Cachoeiras, bem como na identificação e valorização de outros elementos associados ao catolicismo, como o Caminho das Centenárias e o som do do badalar dos sinos das Paróquias.

Em Nova Iguaçu, também se observam avanços no reconhecimento e na valorização do patrimônio natural. Um exemplo é a Reserva Biológica do Tinguá,

reconhecida como Patrimônio Paisagístico, Turístico e Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 11.043, de 2025. A reserva ocupa um lugar relevante na história da Baixada Fluminense, tendo desempenhado, até recentemente, um papel fundamental no abastecimento hídrico de grande parte da RMRJ. O reconhecimento desse patrimônio, considerado a maior reserva biológica do Rio de Janeiro, contribui para contrapor a imagem negativa historicamente atribuída à Baixada Fluminense, ao evidenciar a riqueza de seus recursos ecológicos e sua relevância para a conservação da biodiversidade, a proteção dos mananciais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Além disso, merece destaque a patrimonialização da Festa do Aipim de Tinguá, reconhecida como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 10.746, de 17 de abril de 2025. Realizada desde meados da década de 2000, a festividade ultrapassa a dimensão comemorativa da colheita, constituindo-se como uma manifestação cultural que expressa aspectos da identidade local e da resistência rural em Tinguá (Lima; Fogaça, 2025).

Esses avanços reafirmam a Baixada Fluminense como um território marcado pela diversidade de expressões culturais e pela coexistência de diferentes identidades. Nesse sentido, o reconhecimento de seus patrimônios contribui não apenas para ampliar as representações sobre a região, mas também para ressignificar as próprias concepções de periferia, frequentemente associadas a perspectivas estigmatizantes que desconsideram a pluralidade de suas manifestações culturais, históricas e ambientais.

Entretanto, apesar dos avanços no âmbito legal, persistem desafios relacionados à efetiva preservação e valorização desses bens, muitos dos quais também se fazem presentes em outros territórios periféricos. Entre eles, destacam-se a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas voltadas à manutenção e à salvaguarda dos patrimônios reconhecidos, bem como o desenvolvimento de ações de educação patrimonial que promovam a aproximação da população com seus bens culturais. Afinal, o reconhecimento legal, por si só, não garante o envolvimento da comunidade com o patrimônio, sobretudo quando parte da população desconhece sua relevância histórica e cultural.

Referências Bibliográficas

ANGELO, E. R. B.; LIMA, G. S. de; FOGAÇA, I. de F. Patrimônios, bens e apelos culturais em áreas periféricas: o município de Magé na Baixada Fluminense em debate. **Cadernos CERU**, v. 37, n. 1, p. 100-120, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v37i1p100-120. Acesso em 25 out. 2026.

ANGELO, E. R. B. SIQUEIRA, E. D. de. (2018). Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 51-86, dez.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto 3.551**, **de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2018.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural.** São Paulo: Papirus, 1995.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.** Ano 27, n. 41, dez. 2014.

CHAGAS, Mario de Souza. Patrimônio é o caminho das formigas.... In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, 2016.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP,** v. 39, n. 1, p. 19–36, 2020.

FONSECA, Maria C L**. O patrimônio em processo**. Rio de janeiro: Ed UFRJ, 2009.

LIMA, Gabriella Sena de; FOGAÇA, Isabela de Fátima. As festas da colheita de Nova Iguaçu/RJ: uma forma de resistência rural. In: LIMA, Luana Nunes Martins de; CRUZ, Fernanda dos Santos Lopes; VARGAS, Maria Augusta Mundim (org.). **Anais do Simpósio Nacional sobre Espacialidades e Temporalidades de Patrimônios e Festas**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2025. p. 408-414.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, v. 29, n. ja/abr. 2016, p. 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural:** sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estra-tégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

NIGRO, Cintia. Patrimônio cultural e território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n°78, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, ed. 10, dez/1993.

OLIMPIA, Taynã. Uma visita a 'Patrimônios periféricos': **Exposição de curadoria coletiva ocupa, com nove obras, salas do Paço do Frevo, no Bairro do Recife.** De 18 de janeiro, de 2022. Disponível em: < https://revistacontinente.com.br/secoes/resenha/uma-visita-a--patrimonios-perifericos->. Acesso em 12/09/2025.

PEREIRA, Jônatas Akillah. **Acervo da Laje: quando a periferia vira patrimônio.** De 16 de abril de 2025. Disponível em: https://impactanordeste.com.br/acervo-da-laje-quando-a-periferia-vira-patrimonio/. Aceso em: 11/10/2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 7.623, de 8 de junho de 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: https://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/26c713a9faae842e8325813a00663fd2?OpenDocument&ExpandSection=-6. Acesso em 28 out. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 9.251, de 2021**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1198259104/lei-9251-21-rio-de-janeiro-rj. Acesso em 28 out. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 10.746, de 17 de abril de 2025**. Rio de Janeiro, RJ, 2025. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-10746-2025-rio-de-janeiro-declara-como-patrimonio-historico-cultural-e-imaterial-do-estado-do-rio-de-janeiro-a-festa-do-aipim-no-bairro-de-tingua-em-nova-iguacu. Acesso em: 21 out. 2026.

ROCHA, André Santos da. Baixada Fluminense: representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso. In: ROCHA, André Santos da (org.). **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas**. 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2020. v. 1, p. 13-27.

ROCHA, André Santos da et al. Periferia-Mundo: interpretações desde a Baixada Fluminense. Espaço e Economia: **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, 2025. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/32684. Acesso em: 30 out. 2026.

WIKI favelas. **Museu de Favela do Cantagalo Pavão-Pavãozinho.** MUF. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Museu_de_Favela_do_Cantagalo-Pav%C3%A3o-Pav%C3%A3ozinho. Acesso em 11 out. 2025.